

# PODER EXECUTIVO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 26.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<b><u>Decreto Federal nº 9.986, de 26 de agosto de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.468, de 13 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.
<b><u>Decreto Federal nº 9.985, de 23 de agosto de 2019</u></b>	Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e para ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado.
<b><u>Decreto Federal nº 9.890, de 27 de junho de 2019</u></b>	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.
<b><u>Decreto Federal nº 9.876, de 27 de junho de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a Comissão Permanente do Sistema de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social e o Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.843, de 19 de junho de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.
<b><u>Decreto Federal nº 9.840, de 14 de junho de 2019</u></b>	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar e monitorar o plano de transferência e centralização, no Ministério da Saúde, dos procedimentos de contratação de bens, serviços e suprimentos para os hospitais Federais no Estado do Rio de Janeiro.

<b><u>Decreto Federal nº 9.837, de 14 de junho de 2019</u></b>	Dispensa as emissoras de radiodifusão sonora da obrigatoriedade de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República.
<b><u>Lei Federal nº 13.839, de 04 de junho de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.
<b><u>Decreto Federal nº 9.797, de 21 de maio de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.
<b><u>Decreto Federal nº 9.785, de 07 de maio de 2019</u></b>	Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.773, de 30 de abril de 2019</u></b>	Altera o Decreto nº 9.410, de 13 de junho de 2018, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, transforma cargos em comissão e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. <u>Revogado pelo Decreto nº 9.870, de 2019</u>
<b><u>Decreto Federal nº 9.761, de 11 de abril de 2019</u></b>	Aprova a Política Nacional sobre Drogas.
<b><u>Decreto Federal nº 9.493, de 05 de setembro de 2018</u></b>	Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.
<b><u>Decreto Federal de 28 de julho de 2017</u></b>	Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Decreto Federal nº 8.803, de 6 de julho 2016</u></b>	Delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para autorizar o funcionamento no País de sociedade estrangeira, suas alterações suas alterações estatutárias ou contratuais, sua nacionalização e a cassação de autorização de seu funcionamento.

<b><u>Medida Provisória Federal nº 729, de 31 de maio de 2016</u></b>	Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação
<b><u>Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016</u></b>	Revoga dispositivos da Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<b><u>Decreto Federal nº 8.534, de 30 de setembro de 2015</u></b>	Altera o Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da administração pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.
<b><u>Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013</u></b>	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.813, de 16 de maio de 2013</u></b>	Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nos 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.
<b><u>Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.507, de 11 de outubro de 2011</u></b>	Altera o art. 28 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no 11.482, de 31 de maio de 2007, no 11.508, de 20 de julho de 2007, e no 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória no 540, de 2 de agosto de 2011. <u>Mensagem de veto</u>

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEGISLAÇÃO	EMENTA
------------	--------

<b><u>Lei Estadual nº 8470, de 15 de julho de 2019</u></b>	Autoriza o poder executivo a instalar dispositivo eletrônico nas escolas da rede pública estadual para comunicação aos pais ou responsáveis, através de SMS, sobre o horário de entrada e saída do aluno.
<b><u>Lei Estadual nº 8469, de 15 de julho de 2019</u></b>	Dispõe sobre critério de desempate para acesso aos programas de pós graduação, mestrado e doutorado cursos de especialização e aperfeiçoamento das universidades estaduais.
<b><u>Lei Estadual nº 8.449, de 05 de julho de 2019</u></b>	Dispõe sobre a proibição de patrocínio de eventos estudantis e universitários que tenham modalidade open bar através do uso de marcas de bebida alcoólica no território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8431, de 01 de julho de 2019</u></b>	Dispõe sobre a fixação de percentual de servidoras policiais civis na composição das escalas de plantão das delegacias de atendimento à mulher – DEAMS.
<b><u>Lei Estadual nº 8421, de 19 de junho de 2019</u></b>	Fica o Poder Executivo autorizado a implantar dispositivo eletrônico de segurança preventiva, conhecido como botão de pânico, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
<b><u>Lei Estadual nº 8418, de 17 de junho de 2019</u></b>	Dispõe sobre criação de banco de dados estadual de informações de veículos desmontados e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8417, de 12 de junho de 2019</u></b>	Inclui nos temas interdisciplinares “noções de prevenção contra acidentes domésticos e nas escolas” no currículo das unidades escolares de ensino fundamental e médio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 8386, de 29 de abril de 2019</u></b>	Institui o programa de apoio, avaliação e acompanhamento psicológico dos policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança, servidores da administração penitenciária e do DEGASE, bem como aos seus familiares, vítimas de traumas decorrentes do exercício funcional e que participarem de confronto armado decorrente de intervenção policial, com ocorrência ou não de lesão corporal ou morte.
<b><u>Lei Estadual nº 8377, de 16 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a destruição de material falso, contrafeito, contrabandeado e/ou em descaminho, apreendidos em procedimentos de investigações no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8376, de 12 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de laudo de vistoria e aprovação do corpo de bombeiros, habite-se das prefeituras e de brigadistas em instalações desportivas com alojamentos de atletas na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8375, de 10 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a instalação de unidades profissionalizantes nos complexos prisionais, masculinos e femininos, na forma que menciona.

<b><u>Lei Estadual nº 8369, de 02 de abril de 2019</u></b>	Altera a lei nº 7.402, de 18 de julho de 2016, que determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas, pelo corpo de bombeiros, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.
<b><u>Lei Estadual nº 8361, de 01 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 30% (trinta por cento), de produtos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8358, de 01 de abril de 2019</u></b>	Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e vigilância nos terminais rodoviários intermunicipais que prestam serviços de embarque e desembarque de passageiros, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8312, de 14 de março de 2019</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar um aplicativo específico para marcação de consultas na rede de saúde do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 8307, de 28 de fevereiro de 2019</u></b>	Cria no âmbito do Estado do Rio de Janeiro o programa toda mulher merece uma DOULA.
<b><u>Lei Estadual nº 7515, de 17 de janeiro de 2017</u></b>	Dispõe sobre a revisão do plano plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 7.211, de 18 de janeiro de 2016.
<b><u>Lei Estadual nº 7437, de 30 de setembro de 2016</u></b>	Autoriza a criação das audiências de custódias no Tribunal do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 7298, de 31 de maio 2016</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias, autorizatárias, permissionárias e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica.
<b><u>Lei Estadual nº 7117, de 27 de novembro 2015</u></b>	Concede autorização ao poder executivo para criar fundo de reserva destinado à implementação da lei complementar federal nº 151, de 15 de agosto de 2015.
<b><u>Lei Estadual nº 7057, de 04 de setembro de 2015</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a criar mutirão médico cirúrgico para pacientes em fila de espera na rede estadual de saúde.
<b><u>Lei Estadual nº 6739, de 01 de abril de 2014</u></b>	Institui no Estado do Rio de Janeiro, política de prevenção e cessação do tabagismo, alcoolismo e toxicomania, no âmbito dos programas de atenção básica.
<b><u>Lei Estadual nº 6323, de 19 de setembro de 2012</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a parcelar em até 12 (doze) vezes as multas aplicadas aos veículos automotores no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 6313, de 11 de setembro de 2012</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens imóveis que especifica.

<b><u>Lei Estadual nº 6114, de 19 de dezembro de 2011</u></b>	Dispõe sobre a criação da carreira de Executivo Público, no âmbito do Poder Executivo Estadual, estabelece sua estrutura e formas de desenvolvimento, fixa sua remuneração e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 6518, de 29 de agosto de 2011</u></b>	Dispõe sobre a implantação do programa de atendimento integral a usuários de crack que encontram-se situação de rua.
<b><u>Lei Estadual nº 5966, de 02 de maio de 2011</u></b>	Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a utilização de mão-de-obra carcerária e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 5957, de 26 de abril de 2011</u></b>	Dispõe sobre o acesso gratuito dos portadores de hiperplasia benigna ou câncer de próstata à medicação de prescrição.
<b><u>Lei Estadual 5950, de 13 de abril de 2011</u></b>	Institui pisos salariais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 5926, de 25 de março de 2011</u></b>	Dispõe sobre a instalação de aparelhos de telefonia pública para uso de deficientes auditivos em prédios e logradouros públicos.
<b><u>Lei Estadual nº 5920, 18 de março de 2011</u></b>	Altera a competência dos artigos 90 e 100 e revoga o artigo 110 do Código de Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Lei Estadual nº 5873, de 13 de janeiro de 2011</u></b>	Altera a lei nº 1970, de 17 de março de 1992.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
**Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)